

# O Brasil é oficialmente negro: reflexões sobre subjetividades

» IRAPOAN NOGUEIRA FILHO

Psicólogo, cientista, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Em 2022, passamos por mais um Censo Demográfico. Sua realização ocorreu por meio da aplicação de questionários a toda a população no território nacional, feita por profissionais contratados e treinados pelo IBGE, exclusivamente para essa finalidade, por meio de concurso público. Os dados levantados pelo Censo são usados para produzir um retrato da população de cada localidade, bem como suas respectivas paisagens socioeconômicas. Assim, é possível perceber mudanças socioeconômicas locais, e também identificar como a população se distribui pelo território nacional. Isso é importante para o planejamento de políticas públicas governamentais em todas as esferas.

Esse último Censo trouxe uma novidade: pela primeira vez, a maioria dos entrevistados identificou-se como negra (compreendendo entre os negros, pretos e pardos). Houve 92,1 milhões de pessoas que se autodeclararam pardas, o que corresponde a 45,3% da população do país. Outras 20,6 milhões se declaram pretas (10,2%). Somando, temos então 55,5% da população brasileira reconhecendo-se negra. Entre o Censo de 1991 e esse último, a população negra mais que dobrou. Esse aumento não está ligado a taxas de natalidade, conforme análises já em andamento. Nesse autorretrato que é o Censo, o Brasil olhou para si e se viu negro. E se declarou negro. E esse dado é interessante para pensarmos a produção de subjetividades negras.

A subjetividade é uma maneira de relacionar-se com o mundo que cria, ao mesmo tempo, um modo de viver esse mundo e um modo de viver a si mesmo. Ela é produzida a todo momento em nossas relações enquanto seres que vivem num meio socioambiental. Por exemplo, eu não me tornei um homem negro simplesmente me olhando no espelho. Foram as atitudes racistas de professores que, ao me olhar pela primeira vez, atribuíam a mim o estereótipo de mau estudante. Foi quando eu reparei que sempre era seguido por seguranças no mercado. Foi na conversa que meu pai teve comigo sobre como reagir a abordagens policiais.

Não são apenas as distintas experiências que nos tornam pessoas negras, mas também — e sobretudo — nossas ações e atitudes frente a essas experiências. No crescer habituando-se a certos tipos de sofrimento que nos são impostos. Nas criações de jeitos de agir, de cumprimentar, de circular pela cidade. Nos modos de andar na rua ao perceber a aproximação de um policial. Nos modos de entrar em um lugar e perceber, quase automaticamente, o número de pessoas negras presentes. Essas subjetividades negras se manifestam nos diferentes jeitos de almoçar em família ao redor de

uma matriarca, nossos modos de festejar, de partilhar, de celebrar, de nos apoiarmos mutuamente... Existir, crescer enquanto pessoa negra é existir em uma coletividade negra.

Crescer como pessoa negra é, então, crescer sendo forjado — e forjando — essa coletividade. A relação entre as pessoas negras e sua própria negritude é uma relação de coconstrução recíproca, transpassada pelo sofrimento imposto pelo racismo estrutural, bem como pelo desejo, pessoal e coletivo, de uma vida bela. É nessa coconstrução que surgem artefatos culturais (como festas, receitas culinárias, moda) e modos de viver entre os outros. Assim como modos de habitar o próprio corpo. E isso confere à negritude brasileira um caráter de constante transformação de si e do Brasil. Logo, os movimentos de vida de uma pessoa negra abrem caminhos para aqueles que vêm depois.

E esse aspecto descrito no parágrafo anterior é justamente a potência da negritude enquanto coletividade nesse país que culturalmente ainda pensa o "defeito de cor". Nesse país que já pensou e praticou limpeza étnica. Nesse Brasil que sistematicamente ataca vidas negras. A negritude brasileira avança, cria a si mesma e transforma o país. Criamos um Brasil que é bem diferente daquele de 30 anos atrás. Hoje, temos um Brasil com espaços que celebram a negritude. E isso torna possível que 55,5% das pessoas brasileiras se olhem no espelho e se vejam negras e se declarem negras.

Queriam nos extinguir. Hoje, somos oficialmente a maioria. Nós ganhamos essa batalha. Agora, temos de exigir das esferas governamentais e privadas dentro do país que pensem o Brasil como um país majoritariamente composto por pessoas negras e de classe trabalhadora. Ajustamos!

## Jogos de sorte para artistas

» JORGE ANTUNES

Maestro, compositor, membro da Academia Brasileira de Música

Para o baile de minha formatura no Colégio Pedro II, em 1960, a vaquinha feita entre os estudantes deu, milagrosamente, para contratar a Orquestra de Waldir Calmon. Que sonoridade especial! O solovox, instrumento único no Brasil, encantava as moçoilas e os rapazes do colégio padrão.

Waldir Calmon se consagrou, a partir de 1944, trabalhando e dando emprego a muitos músicos, tocando no Cassino Atlântico, de Santos, e no Cassino Copacabana, no Rio. Com o fechamento dos cassinos em 1946, a vida começou a ficar difícil para os músicos.

O maestro Guerra Peixe, em 1938, recebeu convite do Cassino Atlântico, de Petrópolis, para tocar como pianista. Adaptando-se perfeitamente ao estilo do crooner Moreira da Silva, consagrou-se como grande orquestrador fazendo arranjos para a orquestra daquela casa de jogos. Guerra Peixe, por indicação de Vicente Paiva, em 1939, foi trabalhar como violinista na orquestra do Cassino Icahy, participando também da Orquestra Típica Argentina que animava o Grill do famoso cassino. Com o fechamento dos cassinos em 1946, a vida começou a ficar difícil para ele e para todos os outros músicos.

Mário Zan conheceu, em 1940, o diretor do Cassino Atlântico, o polonês Ziembski. Este gostou muito do trabalho do jovem acordeonista, mas determinou que Mário não tocaria no Cassino Atlântico sentado. O experiente homem de teatro pressentiu a beleza comunicativa das performances de Mário Zan. Com o fechamento dos cassinos em 1946, a vida de todos os acordeonistas começou a ficar difícil.

O grande clarinetista Abel Ferreira teve as influências de todo menino do interior: a bandinha do coreto, as orquestras de baile, o rádio. Em 1935 decidiu viver de música. Em 1943, ele se fixou no Rio de Janeiro, tocando no famoso Cassino da Urca. Com o fechamento dos cassinos três anos depois, sua vida começou a ficar difícil.

Em 1919, Pixinguinha fez, com seu conjunto, uma turnê por São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco. De volta ao Rio em 1921, o grupo começou a tocar no Cassino Assírio, no subsolo do Teatro Municipal. Foi aí que Pixinguinha conheceu o milionário Arnaldo Guinle, que se apaixonou pelos músicos e bancou para eles uma temporada em Paris. Com o fechamento dos cassinos em 1946, os músicos assistiram perplexos à arrasadora diminuição do mercado de trabalho.

Identificamos um único culpado para aquele desastre que foi a proibição dos jogos de sorte no Brasil. Aliás, uma culpada: Dona Santinha. Foi ela, a senhora Carmela Leite Dutra, mulher do presidente Dutra, que exigiu do marido a assinatura do Decreto-lei 9215, de 30 de abril de 1946, que fechou os cassinos de todo o Brasil.

Aqueles lugares luxuosos, em que se apresentavam grandes espetáculos artísticos, eram, segundo Dona Santinha, meros "antros do pecado". A católica fervorosa, carola de carteirinha, não ficou por aí em suas exigências. A primeira-dama pediu também que se extinguisse o Partido Comunista Brasileiro. Seu desejo veio a ser atendido um ano depois. Em 7 de maio de 1947, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o PCB foi colocado na ilegalidade.

Em uma turnê de concertos que realizei, há alguns anos, em Buenos Aires, fiquei impressionado com a quantidade de brasileiros que estavam no mesmo hotel em que fiquei. Tomei coragem para perguntar a um casal a razão da presença de tantos brasileiros. A razão era o Cassino Puerto Madero. Milhares de brasileiros se deslocam até lá a cada ano, para evadir fortunas brasileiras. Grandes fortunas brasileiras, que deveriam estar sendo aqui tributadas, escorrem para as burras hermanas a todo tempo.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado tomou o caminho correto: aprovou o projeto de lei que legaliza cassinos, bingo e jogo do bicho no Brasil. Espero que os senadores se lembrem do grande mercado de trabalho que acolheu Waldir Calmon, Guerra Peixe, Mario Zan, Pixinguinha, Abel Ferreira e tantos outros músicos. Os artistas de hoje, que buscam trabalho digno, ficarão gratos.

Urge reabrir os cassinos, cujos impostos vultosos poderão ajudar na arrecadação de que precisamos. Os cassinos, além disso, ampliarão o mercado do turismo e abrirão novas e inúmeras vagas de trabalho direto e indireto.

## O novo Plano Nacional de Educação sob a ótica docente

» IDILVAN ALENCAR, PROFESSORA GORETH E SOCORRO NERI

Deputados federais coordenadores de Valorização dos Profissionais da Educação da Frente Parlamentar Mista da Educação

Em 26 de junho, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a proposta do novo Plano Nacional de Educação, remetida ao Congresso Nacional. Em data simbólica, que coincide com o fim da vigência do atual plano, o novo documento traz em seu bojo uma série de novidades — entre as quais, a disposição de 18 objetivos que buscarão ser atingidos por meio de diferentes metas e estratégias.

O foco do novo PNE é a qualidade da aprendizagem e a garantia da equidade como aspectos principais e que perpassam todos os objetivos do documento. A busca explícita e intencional pela redução das desigualdades e a criação de indicadores e parâmetros objetivos são uma conquista inédita para o país.

Entre os objetivos apresentados, o de número 16 é direcionado aos docentes da educação básica e reflete as temáticas pelas quais a coordenação da Frente Parlamentar Mista da Educação vem trabalhando ao longo dos últimos dois anos. Com o propósito de "garantir a formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação", esse objetivo contempla metas e estratégias basilares para que se garanta a valorização dos educadores brasileiros.

Em seis metas específicas, aborda-se desde a formação inicial dos docentes até a valorização

salarial e a estabilidade no trabalho. Destaca-se a criação de metas inéditas, como a 16.e., que busca assegurar que, no mínimo, 50% dos concluintes dos cursos de pedagogia e licenciaturas alcancem o padrão de desempenho adequado no Enade, progredindo para 70% após os cinco primeiros anos de vigência do plano. Tal meta busca endereçar a qualidade efetiva dos cursos de formação dos futuros professores e tem também boas condições para seu cumprimento, uma vez que o Inep recentemente anunciou mudanças no Enade que permitirão aferir o percentual dos concluintes que atingiram desempenho adequado.

As metas que se assemelham às do antigo plano dão continuidade aos avanços feitos na última década, mediante a busca pela adequação docente, para garantir que os professores tenham formação específica nas áreas em que atuam, em linha com evidências de impacto sobre o aprendizado existentes; a equiparação do rendimento médio dos docentes às demais ocupações que exigem formação equivalente; a ênfase para a importância da garantia do limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos e a criação de planos de carreira para todos os profissionais da educação básica; e o destaque dado para o aumento de

docentes da educação básica formados em nível de pós-graduação.

Há, entretanto, alguns pontos de atenção na proposta enviada, como os critérios de qualidade dos cursos de pós-graduação e a compreensão sobre quais aspectos desses cursos realmente impactam na melhoria da aprendizagem dos alunos. Além disso, a meta de ter 70% dos profissionais do magistério em cada rede pública de ensino com vínculo estável por meio de concurso público necessita de estratégias efetivas para ser alcançada até o fim da vigência do plano.

Compreendemos a importância de garantir a manutenção dos avanços trazidos no projeto de lei, assim como entendemos a relevância do diálogo com as redes de ensino e com os profissionais da educação durante a tramitação da proposta no Congresso Nacional para que o texto aprovado traga, de fato, as metas e estratégias adequadas para que se atinja o objetivo número 16.

O novo PNE representa um marco crucial na agenda educacional brasileira, especialmente em termos de valorização e qualificação dos docentes. Enquanto algumas metas dão continuidade às diretrizes anteriores, outras introduzem de forma positiva novos desafios e necessidades de adaptação, refletindo um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade da educação no país.